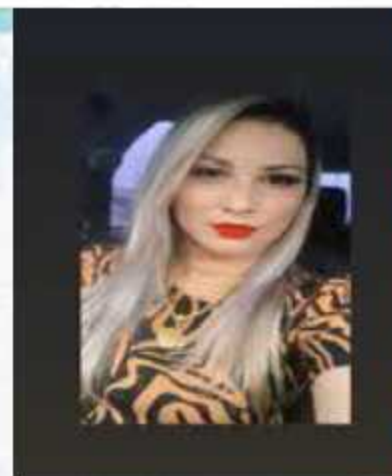


# A ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

**SIMONE PEREIRA DA SILVA**

Graduação em Pedagogia pela Universidade Nove de Julho (2010); Especialista em Psicopedagogia Clínica e Educacional pela Universidade Nove de Julho (201); Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I - na EMEF Padre Leonel Franca, Assistente de Direção - na EMEF Dilermando Dias dos Santos.



## RESUMO

Para a realização desse Artigo foi utilizado como proposta metodológica a pesquisa bibliográfica, e explana sobre a Alfabetização na Educação de Jovens e Adultos entendendo a importância e a importância de os educadores na Unidade Escolar discutirem esse tema para melhor atender alunos matriculados nessa modalidade da Educação Básica. Aborda como as aulas na turma de Alfabetização podem ser desenvolvidas para contribuírem no desenvolvimento integral dos alunos, enriquecer seu currículo e tornar o processo de ensino aprendizagem mais simples e prazeroso para todos os participantes, visando uma maior conexão entre os elementos envolvidos no processo educativo, e maior interação e assimilação dos conteúdos dos discentes durante as aulas para que impactem positivamente nas diferentes etapas educacionais, profissional e social do indivíduo, contribuindo para sua formação integral, ainda que fora da idade regulamentar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação; Jovens; Alfabetização.

## INTRODUÇÃO

Na realização deste Artigo foi utilizado como proposta metodológica, a pesquisa bibliográfica, de Leis e Orientações que regem a Educação no Brasil também citações de autores que se debruçam em estudos sobre o tema, com intenção de fomentar a discussão sobre a Alfabetização na Educação de Jovens e Adultos, em instituições educacionais secretarias governamentais responsáveis, assunto deveras importante quando se pensa na desigualdade social, imposta desde o Brasil Colônia que perdura até os dias atuais.

É nas instituições de ensino, por intermédio do trabalho do corpo docente, onde ocorre o processo de alfabetização, garantido pela Constituição Federal, que possibilita ao indivíduo a impor-

tante oportunidade de aprender a ler e escrever.

Entendendo que ser alfabetizado não é essencialmente letrado, já que, alfabetizado é quem sabe ler e escrever, o letrado vive em estado de letramento ou aprendizado. Na Educação de Jovens e Adultos o intuito é “alfabetizar letrando”, com uma abordagem diferente da utilizada com o Ensino Regular, mas ainda entendendo que a alfabetização é um processo, o espaço-tempo vivido na escola é a imersão na cultura escrita.

O pensamento educacional brasileiro teve como princípio as relações enquanto colônia Europeia, a forte presença e influência do catolicismo e seus representantes que aqui desembarcaram junto com os colonizadores e escravocratas, e o desenvolvimento que se deu dependente do capitalismo.

Os portugueses trouxeram da Europa seu padrão de educação. Romanelli (2000, p. 23) considera que essa cultura é ferramenta para impor e preservar os modelos culturais importados, que por si, inibem a possibilidade de criação e inovação culturais.

A história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresenta muitas variações ao longo do tempo, demonstrando estar estreitamente ligada às transformações sociais, econômicas e políticas que caracterizaram os diferentes momentos históricos do país. Tratar da formação de professores para a educação de jovens e adultos (EJA) implica, primeiramente, informar o leitor sobre o que chamamos, hoje, educação de jovens e adultos, tendo em vista as grandes mudanças ocorridas nos últimos doze anos, mais especificamente após a aprovação da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96 (BRASIL, 1996).

Fernandes (1989, p. 355) cita sobre a Educação dessa época: “as populações indígenas que por aqui viviam já possuíam características próprias de se fazer educação, e que a educação que era praticada por eles em suas tribos não tinha as marcas repressivas do modelo educacional europeu”.

É sabido que a alfabetização não acontece somente quando se frequenta a educação formal, dentro da sala de aula, o aprendizado pode ocorrer em qualquer lugar para quem tem a curiosidade de aprender, conhecer. O poder de ler, interpretar as palavras é magnífico.

Na sala de aula, o professor não deve achar que é necessária a leitura de obras longas, e sim apresentar aos discentes textos como poesias, crônicas, contos, quadrinhos, reportagens entre outros com temas que agucem o interesse dos alunos, e os envolvam no processo de ensino aprendizagem.

A alfabetização na Educação de Jovens e Adultos (EJA) é a oportunidade para os indivíduos que não frequentaram ou concluíram o ensino básico e querem retomar os estudos. O objetivo principal dessa modalidade de ensino é garantir que os alunos mesmo após a idade regulamentar, tenham acesso à escola para aprender a ler, escrever, desenvolver conhecimentos e habilidades, aprimorar sua leitura de mundo, como também melhorar suas oportunidades profissionais.

Em uma visão progressista de mundo, de melhor condição de vida para o indivíduo, é possível afirmar que a leitura sempre fará parte da realidade escolar, por ser essa a base da fonte do conhecimento, que apresenta para a pessoa o novo, lhe oferece a oportunidade de enxergar o mundo com outro olhar, sair do estado de analfabetismo que não propicia a liberdade do ir e vir, a

alfabetização expõe um mundo novo.

Nas próximas linhas deste trabalho será apresentada uma explicação sobre o que é EJA e suas formas, o perfil do aluno da EJA, seguindo no próximo capítulo, um breve histórico desta modalidade de ensino para se entender os caminhos trilhados até os modelos que estão à disposição dos discentes nas instituições de ensino, e no último capítulo, discorre sobre a Alfabetização para Jovens e Adultos, que tem como base no planejamento do professor um conteúdo que se aproxime do cotidiano do aluno, para que esse tenha uma melhor absorção do aprendizado.

## O QUE É EJA?

A modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos (EJA), popularmente também conhecida como Supletivo, tem a particularidade de trazer o direito à educação como condição indispensável para uma sociedade democrática, é essencial para reparação dos danos sociais, educacionais e profissionais, que milhares de brasileiros foram privados por não ter participado da escolarização regular.

Segundo Moura (1999, p.61), Paulo Freire entendia a alfabetização de Jovens e Adultos “enquanto ato político e ato de conhecimento, comprometida com o processo de aprendizagem da escrita e da leitura da palavra...”.

Existem cinco formas de Educação de Jovens e Adultos; EJA Regular, EJA Modular, Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos (CIEJAs), Centro Municipal de Capacitação e Treinamento (CMCT) e o Movimento de Alfabetização Popular (MOVA-SP).

Há também o Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos (Encceja), não sendo necessária a frequência escolar, o indivíduo inscrito, participa de uma avaliação que mede as competências, habilidades e saberes. Realizado desde 2002, sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) que também organiza o Enem. O certificado e a declaração de proficiência são emitidos pelas Secretarias Estaduais de Educação e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Regulamentada pela Portaria nº 5.930/13, pautada no Decreto nº 54.452/13, por meio do art. 5º, a Educação de Jovens e Adultos é organizada em Etapas com período semestral no CIEJAs e na EJA Regular de Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio, sendo nessa última, assim dividido:

- Etapa de Alfabetização em dois semestres, tendo como objetivo o letramento no intuito de expressão, interpretação, participação social, para o exercício da cidadania plena, que através da aquisição de conhecimentos, valores e habilidades na leitura, escrita e oralidade com as múltiplas linguagens favoreça formação integral dos discentes dessa modalidade aumentando também sua leitura de mundo.

- Etapa Básica, composta por dois semestres, que dá continuidade ao processo de alfabe-

pressão Corporal, Matemática, Ciências, História e Geografia, durante esse período, os discentes inseridos no processo de ensino e aprendizagem, são estimulados a novas maneiras de aprender e pensar.

- Etapa Complementar, dois semestres, fase que é pensado no convívio social do aluno com participação mais efetiva, baseia-se em ampliar e diversificar as habilidades, conhecimentos e valores.

- Etapa Final, com dois semestres, última parte do Ensino Fundamental prepara o discente para que ele possa participar e intervir no processo de aprendizagem e em seu cotidiano, possibilitando que esse possa ter uma ação mais efetiva no meio em que vive.

- Ensino Médio: com 18 meses, para ingressar é preciso ser maior de 18 anos, ao final dessa fase o aluno completa a educação básica, podendo assim prestar vestibulares e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) para o ingresso no Ensino Superior.

A EJA Modular, regulamentada pelo Parecer CME nº234/12, em fevereiro do mesmo ano, o Parecer CME nº14/2021, que toma conhecimento do Relatório de Atividades Desenvolvidas EJA/Modular 2019/2020, a Recomendação CME nº 04/2021, que estabelece as Diretrizes Gerais para organização flexível da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Rede Municipal de Ensino de São Paulo, a Portaria SME (Secretaria Municipal de Educação) nº 2.760/2022 – Constitui o Grupo de Trabalho para “Alteração do Projeto EJA Modular”, foi pensada após pesquisas sobre a evasão, retenção escolar, e a alta taxa de analfabetismo das pessoas acima de 15 anos.

Também é estruturada em quatro Etapas: Alfabetização e Básica que correspondem aos Anos Iniciais do Fundamental I, e Complementar e Final correspondendo ao Fundamental II. Cada uma delas tem a duração de duzentos dias letivos, ocorrendo no período noturno. Os Componentes Curriculares Obrigatórios estão contidos na Resolução CNE/CEB nº 7/10. Exige uma Frequência mínima de 75% das aulas, o que é exigido pela LEI DE Diretrizes e Bases nº9391/96.

As Etapas Complementar e Final são subdivididas em sete módulos cada, o estudante tem seu ingresso na etapa/módulo garantido em qualquer momento do ano.

## **HISTÓRICO DA EJA**

Durante o processo de colonização, após a chegada dos padres em 1549, com os Jesuítas, no Brasil, junto ao trabalho de catequização via-se os primeiros indícios de ensino a adultos.

A história da alfabetização de jovens e adultos no Brasil teve em 1876, os primeiros vestígios do Ensino Noturno para adultos, nomeado de Educação ou Instrução Popular.

Os jesuítas, responsáveis pela educação no Brasil Colônia, enfrentavam resistências e dificuldades. Era direcionado para os colonizadores no intuito de ensinar a população a ler e a escrever. Com o objetivo de que pudessem fazer a leitura dos livros de catecismo, também cumprir as ordens e instruções que vinham da corte, os índios eram catequizados para que mais tarde conseguissem

cumprir as afazeres determinados pelo Estado, observa-se a diferenciação dos objetivos para cada grupo social.

De acordo com Piletti (1996, p. 68), os jesuítas foram expulsos das colônias em 1759, por Sebastião José de Carvalho e Melo o Marquês de Pombal, em função de radicais diferenças de objetivos. Enquanto os jesuítas preocupavam-se com o proselitismo e o noviciado, Pombal pensava em reerguer Portugal da decadência que se encontrava diante de outras potências europeias da época. Ou seja, a educação jesuíta não convinha aos interesses comerciais emanados por Pombal. Pois as escolas da Companhia de Jesus tinham por objetivo servir aos interesses da fé, Pombal estava preocupado em organizar a escola para servir aos interesses do Estado.

Após a expulsão dos Jesuítas, no século XVIII, desorganizou o ensino por eles estabelecido, tendo outras iniciativas sobre ações de educação de adultos apenas na época do Império.

A partir dos anos 30, ganha força os movimentos de lutas da classe operária, chega a urbanização e a industrialização, as mudanças políticas e econômicas deram início a consolidação de um sistema público de educação no país, desencadeados por movimentos de alfabetização promovidos por entidades sindicais, organizações não governamentais e comunidades religiosas, em espaços não formais.

A Constituição de 1934 estabeleceu a concepção de um Plano Nacional de Educação, sugerindo a educação de adultos como dever do Estado, incluindo em suas normas que seria extensivo aos adultos a oferta do ensino primário integral, gratuito e de frequência obrigatória.

Na década de 40 aconteceram algumas ações políticas e pedagógicas que expandiram a educação de jovens e adultos: a criação e a regulamentação do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP); do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP); as primeiras obras dedicadas ao ensino supletivo;

Em 1947 cria-se a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), com a intenção de que os trabalhadores pudessem operar as máquinas das indústrias americanas que aqui se instalavam.

Este conjunto de iniciativas permitiu que a educação de adultos se firmasse como uma questão nacional. Ao mesmo tempo, os movimentos internacionais e organizações como a UNESCO, exerceram influência positiva, reconhecendo os trabalhos que vinham sendo realizados no Brasil e estimulando a criação de programas nacionais de educação de adultos analfabetos.

Nos anos 50, têm-se a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), os programas do Sistema de Rádio Educativo da Paraíba (Sirepa), intensifica-se a Campanha Nacional de combate ao Analfabetismo (CNEA). Acontece o II Congresso Nacional de Erradicação do Analfabeto.

A CEAA nasceu da regulamentação do FNEP e seu lançamento se fez em meio ao desejo de atender aos apelos da UNESCO em favor da educação popular. No plano interno, ela acenava com a possibilidade de preparar mão-de-obra alfabetizada nas cidades, de penetrar no campo e de integrar os imigrantes e seus descendentes nos Estados do Sul, além de constituir num instrumento para melhorar a situação do Brasil nas estatísticas mundiais de analfabetismo (PAIVA, 1987, p. 178).

alfabetização de Adultos, inspira os principais programas de alfabetização do país. Em 1961, inaugura-se o movimento de Educação de Base (MEB), movimento de cultura popular vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), depois associado ao Ministério da Educação e Cultura, como componente auxiliar do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

Publicado no livro *Educação como prática de liberdade* em 1962, Paulo Freire desenvolveu um método para alfabetizar adultos em 40 horas. A preparação e o desempenho deste processo de ensino e aprendizagem consistiam:

Como primeira fase, (...) no levantamento do universo vocabular dos grupos com quem se ia trabalhar; como segunda fase, na escolha das palavras selecionadas no universo vocabular pesquisado; como terceira fase, na criação de situações existenciais típicas do referido grupo; como quarta fase, na elaboração de fichas roteiro que auxiliassem os coordenadores e, como quinta fase, na leitura de fichas com a decomposição das famílias fonêmicas correspondente aos vocábulos geradores. (RIBEIRO, 1984, p. 157).

Ainda na década de 1960, é construído o Plano Nacional de Alfabetização, organizado por uma Comissão Nacional de Alfabetização, pelo que entendiam ser o método Paulo Freire, que só durou de janeiro até meados de abril/1964, apesar de ser defendido por Paulo Freire no 1º Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, realizado pelo Ministério da Educação e Cultura. Lutando em sua comunidade pela alfabetização de adultos um movimento significativo foi o Movimento de Cultura Popular (MCP).

Em 1964, é aprovado o Plano Nacional de Alfabetização que prevê a disseminação, por todo o Brasil, de programas de alfabetização orientados pela proposta de Paulo Freire. Essa proposta é interrompida com o Golpe Militar e seus promotores foram duramente reprimidos (ZANETTI, 1999).

Nos anos 70, há o início das ações do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), com a Lei. 5379º sob a presidência do General Alberto Costa e Silva, como objetivo de alfabetizar jovens e adultos, desenvolver programas profissionalizantes e culturais para o desenvolvimento da mão de obra, e apesar de o governo federal dizer que era baseado nas ideias de Paulo Freire, o ensino era engessado e descontextualizado da realidade dos estudantes. Implantado em 1971, o ensino supletivo, Incentivado pelo Ministério da Educação e Cultura, regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5692 de 11 de agosto de 1971, foi um marco importante na história da educação de jovens e adultos do Brasil.

A grande generosidade está em lutar para que, cada vez mais, estas mãos, sejam de homens ou de povos, se estendam menos, em gestos de súplica. Súplica de humildes a poderosos. E se vão fazendo, cada vez mais, mãos humanas, que trabalhem e transformem o mundo... Lutando pela restauração de sua humanidade estarão, sejam homens ou povos, tentando a restauração da generosidade verdadeira (FREIRE 2002, p. 31).

Em 1985, o MOBRAL foi encerrado, trazendo de volta a sociedade civil a as ações de alfabetização de jovens e adultos no país.

A importância da educação como instrumento ideológico poderoso é muito clara tanto para os que os detêm quanto para aqueles que pretendem disputá-lo. A diferença quanto à possibilidade de sua utilização reside no fato de que os detentores do poder político se encarregam de determinar a política educacional a ser seguida, os programas a serem promovidos ou estimulados e o conteúdo ideológico dos mesmos. Para os que disputam o poder, a educação é um instrumento somente quando as contradições dos sistemas, as crises o clima de efervescência ideológica chegou a um ponto em que os programas educacionais podem ser controlados por aqueles que se opõem a ordem vigente (PAIVA, 1987 p. 23).

mento de Alfabetização de Jovens e Adultos de São Paulo (MOVA-SP), difundido durante a gestão na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo de Paulo Freire, diferente do MOBREAL, suas propostas realmente partiam da realidade dos seus estudantes, inspirou governos estaduais, municipais, ONGs, empresas, movimentos sociais e foi difundido por várias regiões do país. Houve uma organização em defesa da escola pública e gratuita para todos pelos estudantes, educadores e políticos.

A nova Constituição Federal de 1988 trouxe importantes avanços para a Educação de Jovens e Adultos, citado no Art. 208, o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, como um dever do estado, passou a ser garantia constitucional inclusive para aqueles que não tiveram acesso na idade apropriada, assegurando também a oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando.

Encarregadas pelo governo, em meados dos anos 90, ONGs (organizações não governamentais), municípios, universidades, grupos informais, fóruns estaduais e nacionais, uniram-se num esforço de aprimorar a Educação de Jovens e Adultos.

No Fórum em Defesa da Escola Pública, foi iniciado o processo para a elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases, como uma nova chance de superar os baixos efeitos positivos do Mobreal e do Supletivo. Através dessa iniciativa, mais a elaboração de uma proposta de educação de jovens e adultos trabalhadores, o Projeto de LDB/1993, aprovado na Câmara dos Deputados, não em sua íntegra, pois houve alterações, o que o Senado aprovou, conhecido como Lei Darcy Ribeiro, a LDB 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases), que passa a garantir que os sistemas de ensino garantissem aos Jovens e Adultos que não finalizaram seus estudos na idade adequada, oportunidades educacionais, considerando as particularidades do aluno, seus interesses, proporcionando a eles melhores condições de vida e de trabalho.

A partir de 2003 lançado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), há o Programa Brasil Alfabetizado, direcionado à jovens, adultos e idosos.

## **QUAL O PERFIL DOS ALUNOS DA EJA?**

Para ser matriculado nas Turmas de EJA (Educação de Jovens e Adultos) no Ensino Fundamental, o aluno precisa ter completado no mínimo 15 anos, e 18 anos para frequentar o Ensino Médio, sem limite de idade para qualquer uma das Etapas.

A entrada de alunos para a Educação de Jovens e Adultos provém de diversos motivos, como: a evasão escolar, indisciplina, relações interpessoais, trabalho, mudanças de endereço, problemas de aprendizagem desajustes sociais, problemas familiares, enfim causas variadas, sociais, familiares, econômicos ou de saúde.

Por algum motivo as pessoas que procuram a EJA não puderam frequentar ou terminar a Educação Básica na idade regular, e isso reflete em todos os âmbitos de suas vidas, dificultando sua inserção no mercado de trabalho e até nas relações sociais.

"Da diversidade dos sujeitos da EJA, é possível identificar como ponto em comum as marcas de discriminação, desigualdade e exclusão que permearam suas vidas e suas relações com a escola. Para que a Educação de Jovens e Adultos se consolide, de fato como espaço para a garantia do direito à educação dessa parcela da população, é preciso antes de tudo, reconhecer as necessidades específicas desse grupo." (CATELLI et al., 2013 p. 171).

Os frequentadores dessa Modalidade de Ensino são em sua grande maioria jovens e adultos moradores de periferia, devido ao processo de exclusão socioeconômico, consequências do sistema capitalista.

Nas salas de aula da EJA, o perfil dos alunos é muito diversificado, e suas histórias de vida também, devido a diferença de idade, de onde nasceram, o sexo, a profissão ou a falta dessa, histórico familiar e de saúde.

Pode-se encontrar um indivíduo que em sua profissão trabalha e se articula muito bem com os números, mas não lê ou não escreve nada ou bem pouco, e ao contrário também, às vezes o discente conhece as letras ou números, mas não aprendeu a decifrá-los.

Uma coisa em comum entre esses estudantes, é que não foram alfabetizados em idade regular, e agora precisam tentar recuperar o tempo perdido, e conciliar os estudos, com as novas responsabilidades que vieram com o decorrer dos anos em suas vidas como filhos, família e trabalho.

"são necessárias condições muito especiais para o desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos, que nem se relacionam apenas com a educação, uma vez que não basta para esse público ter o desejo de estudar. É necessário conciliar vida familiar, trabalho e estudo." (JUNIOR, DI PIETRO e GIROTTO, 2019).

As pessoas que compõem as salas da EJA são ricos em experiências, tradições, gostos, costumes, já que em sua maioria, possuem vivências profissionais, familiares, grupos sociais, histórias vivas.

## COMO ALFABETIZAR NA EJA?

A alfabetização é um tema amplamente discutido no âmbito nacional. As várias tendências pedagógicas, entre elas o ensino tradicional, o construtivismo, a linha progressista e psicomotora, e os diversos estudiosos, que nem sempre são educadores, pesquisadores desta área, buscam soluções para os diversos problemas que o não alfabetizado enfrenta durante o processo de alfabetização.

Estudar o percurso seguido pelo processo de alfabetização de jovens e adultos ao longo dos anos é mergulhar no universo de imaginação e reflexão, que provoca, ao mesmo tempo, que esperança pelos avanços alcançados, certa angústias pelos desafios que ainda seguem.

A alfabetização é um processo constante e importante para todas as pessoas, é idealizada, como o reconhecimento da escrita, decifração de códigos, caracteriza-se por um modelo em que o aprendiz aprende a codificar os símbolos, ao reverso dela, o letramento tem como foco os aspectos sócios históricos do meio, podendo, às vezes, a pessoa ser alfabetizada e não letrada e vice versa, Vygotsky (1984), diz que o letramento representa o coroamento de um processo histórico de trans-



A metodologia de alfabetização para a EJA precisa ser diferente da utilizada com as crianças que frequentam a escola na idade adequada, para Paulo Freire (2000),

A atividade de leitura/escrita deve ter como base a leitura de mundo feita pelo educando, e não a transmissão de conhecimentos. Portanto, é necessário que esta atividade seja dinâmica e realizada com a integração do sujeito no seu mundo social, ele imputa à alfabetização a capacidade de levar o analfabeto a organizar reflexivamente seu pensamento, desenvolver sua consciência crítica, introduzir esse indivíduo em um processo real de democratização da cultura e da libertação (FREIRE, 2000, p. 09).

O aprendizado da escrita e da leitura agrega o conhecimento e habilidades do discente, a junção dos fonemas acarretando a formação das palavras, a alfabetização remete a um mundo novo, a forma de ler o mundo, traz sentidos à produção. Freire (1981) escreve que:

... A decifração da palavra fluía naturalmente da "leitura" do mundo particular. Não era algo que se estivesse dando supostamente a ele. Fui alfabetizado no chão do quintal de minha casa, à sombra das mangueiras, com palavras do meu mundo e não do mundo maior dos meus pais. O chão foi o meu quadro negro, gravetos, o meu giz (FREIRE, 1981, p. 15).

Como parte da alfabetização na EJA, as atividades utilizadas pelo professor, na maioria das vezes, são realizadas em grupos menores, usando-se jogos lúdicos, como o Alfabeto Silábico, por exemplo, leituras de textos inclusive jornalísticos, porém curtos no início, com o intuito de melhorar a dicção e o entendimento dos significados das palavras, escrita criativa e discussões sobre assuntos diversos para personalizar a experiência de aprendizagem.

No processo de aprendizagem, os profissionais que trabalham com a EJA oferecem também outras ferramentas educacionais além dos livros didáticos, como materiais multimídia adaptados para a realidade dos discentes atendidos na sala de aula.

Através do lúdico, dos jogos educativos, que ao criar, imaginar e perceber, o discente desenvolve a construção do conhecimento cognitivo, e principalmente, do sensível, além de ser um meio facilitador para a formação de seres éticos, que conseguem saber a dimensão do eu e do coletivo.

Mesmo sabendo não ser uma realidade em todas as unidades escolares, é de grande valia quando a escola possui, para uso dos alunos, computadores, biblioteca com acesso para que possam também levar livros, revistas para lerem fora do espaço escolar, possibilitando assim a educação integral, os autores Frago e Escolano (2001), comentam sobre o espaço escolar:

O espaço escola não é apenas um "continente" em que se acha a educação institucional [...]. A arquitetura escolar é também por si mesma um programa uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora e todo uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos. (2001 p. 26).

Os alunos da Educação de Jovens e Adultos em sua grande maioria trazem consigo uma experiência profissional, que é utilizada pelo professor como base no processo de alfabetização, utilizando as ferramentas, expressões, local de trabalho do discente para aproximá-lo do conteúdo.

O território e o lugar são duas realidades individualmente e grupalmente construídas. São, tanto num quanto no outro caso, uma construção social. Resulta disso que o espaço jamais é neutro: em vez disso, ele carrega, em sua configuração como território e lugar, signos, símbolos e vestígios da condição e das relações sociais de e entre aquele que o habitam. (FRAGO E ESCOLANO 2001, p.64).

O que os alunos trazem nas suas lembranças, vivências, deve contar como um ponto im-

dores, ou negativas, se aludem à exclusão e se o aluno oferecer resistência em romper com estas vivências anteriores ressalta-se a necessidade de construir este conhecimento com participação do aluno, viabilizando a prática da inclusão.

Nas palavras de Paulo Freire 1979,

Para ser válida, toda educação, toda ação educativa deve necessariamente estar precedida de uma reflexão sobre o homem e de uma análise do meio de vida concreto do homem concreto a quem queremos educar (ou melhor, dito: a quem queremos ajudar a educar-se) (FREIRE, 1979, p. 23).

Na época das cartilhas, o ensino era caracterizado pela repetição, memorização, codificação. Atualmente, não se usa texto sem contexto no processo de ensino aprendizagem, e a bagagem trazida pelo aluno é uma importante ferramenta no plano de aula montado pelo professor.

Para Paulo Freire o diálogo também é uma questão importante, ele defende se essa a melhor forma de conduzir um processo de ensino aprendizagem, já que isso permite que os indivíduos atuem como sujeitos atuantes na sociedade onde vivem:

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar. (...) dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens. Precisamente por isto, ninguém pode dizer a palavra verdadeira, sozinho, ou dizê-la para os outros, num ato de prescrição, com o qual rouba a palavra aos demais (FREIRE, 1987, p. 50).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os apontamentos desse texto, é possível verificar que a Educação de Jovens e Adultos está sempre em processo de mudanças, atualização e estudos, já temos propostas pedagógicas que o indivíduo é o Centro do currículo.

Analisa-se que as interações dos adultos com as práticas vivenciadas em sala de aula, vão ressignificando a sua leitura de mundo, que eles se desenvolvem. Conhecendo e aprendendo, gera mudanças que acendem dúvidas, traz uma predisposição interna de participar do processo de ensino aprendizagem, é realmente significativa.

Conclui-se que as aulas na Educação de Jovens e Adultos, quando planejada com atividades que exacerbam sua criatividade, fomentam sua curiosidade, estimulam movimentos, a resolução de problemas e a sociabilidade, em um ambiente favorável e prazeroso, aguçam o desenvolvimento cognitivo, motor, afetivo e social do indivíduo.

Durante a construção desse trabalho me deparei com alguns fatores na história da Educação de Jovens e Adultos que desconhecia e espero que os leitores tenham o mesmo prazer ao ler que tive ao escrever essas linhas.

Espero que este trabalho possa estimular mais discussões entre os profissionais que atuam com a Educação de Jovens e Adultos para a troca de experiências e novas práticas que enriqueçam

No intuito que as contribuições dos autores aqui citados possam colaborar para a melhoria dessa modalidade que ainda carece de políticas públicas e metodologias pedagógicas que reconheçam suas especificidades objetivando sinalizar os possíveis diálogos e complementos teóricos e práticos desses autores.

Que nossos educadores se juntem, e estejam cientes de que há muito que aprender sobre a alfabetização de adultos e que este é mais que um desafio, mas um dever nosso e do Estado.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, LDB 9394/1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 de nov. de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

Catelli Jr., Di PIETRO, e GIROTTO. **A política paulistana de EJA: territórios e desigualdades**. *Estud. Aval. Educ.*, São Paulo, v. 30, n. 74, p. 545-484, maio/ago. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/101822/eae.v30i74,5734>. Acesso 25 jun. 2022.

CATELLI JUNIOR, Roberto et Al. **Proposições de organização curricular na organização de jovens e adultos**. *Cadernos Cenpec*, São Paulo, v.3, n.2, 162-186, jun. / 2013.

FERNANDES, Florestan. **A Organização Social dos Tupinambás**. Brasília: Hucitec, 1989.

FRAGO, Antônio Viñao.; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Tradução de Alfredo Veiga Neto. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: Teoria e Prática da Libertação: Uma Introdução ao Pensamento de Paulo Freire**. Cortez & Moraes: São Paulo 1979. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo\\_freire\\_conscientizacao.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo_freire_conscientizacao.pdf). Acesso 05 jul. 2023.

\_\_\_\_\_ **Educação e Mudança**. 26º Ed. RJ: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_ **Trabalho apresentado na abertura no Congresso Brasileiro de Leitura, realizado em Campinas, nov. 1981**. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/pdf/11617839.pdf> - Acesso em 01 maio 2023.

MOURA, Tania Maria de Melo. **A prática pedagógica dos alfabetizadores de Jovens e adultos: contribuições de Freire, Ferreiri e Vygotsky**. Maceió: EDUFAL, 1999.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e Educação de Adultos**. 5º Ed. São Paulo: Loyola, Ibrades, 1987.

PILETTI, Nelson. **História da Educação no Brasil**. 6º ed. São Paulo: Ática, 1996.

RIBEIRO, Maria Luísa S. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. São Paulo: Moraes, 1984.

ROMANELLI, Otaíza. **História da Educação no Brasil**. 24º ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

ZANETTI, Maria Aparecida. **As políticas educacionais recentes para a Educação de Jovens e Adultos**. Caderno Pedagógico, n.2. APP – Sindicato, 1999.